

CADERNOS NAVAIS  
N.º 20 – Janeiro - Março 2007

CONTINENTALIDADE E MARITIMIDADE

A POLÍTICA EXTERNA DOS IMPÉRIOS  
E A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA

Um Ensaio Geopolítico Comparativo

*António Marques Bessa*

Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia  
Edições Culturais da Marinha  
LISBOA

O Autor

António Marques Bessa nasceu em 1949 numa aldeia do vale do baixo Mondego. É Professor Catedrático do ISCSP-UTL com agregação e foi conferencista habitual do ex-ISNG nas matérias de Geopolítica e Estratégia. Dos seus trabalhos destacam-se "Ensaio sobre o Fim da nossa Idade" (Templo), "Introdução à Etologia" (Templo), "Quem Governa?" (ISCSP), "O Trabalho das Ideias" (ISCSP), "A Arte de Governar" (ISCSP), "O Olhar de Leviathan" (ISCSP), "Utopia-Uma Engenharia de Sonhos" (Europa-América). O texto deste Caderno insere-se na área de investigação e leccionação do Ex-ISNG.

O Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE) foi criado pelo Despacho n.º 43/99 de 1 de Julho, na directa dependência do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, competindo-lhe promover e desenvolver estudos na área da Estratégia e do Poder Naval, quer a nível nacional quer a nível internacional. Compete-lhe ainda propor a publicação e divulgação de trabalhos sobre aquelas matérias. Para esse efeito, os trabalhos serão publicados nos *Cadernos Navais*, editados pela Comissão Cultural da Marinha.

TÍTULO:

CONTINENTALIDADE E MARITIMIDADE  
A POLÍTICA EXTERNA DOS IMPÉRIOS E A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA  
Um Ensaio Geopolítico Comparativo

COLECÇÃO:

Cadernos Navais

NÚMERO/ANO:

20/Jan.-Mar. 2006

EDIÇÃO:

Comissão Cultural da Marinha  
Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE)

ISBN 978-972-8004-93-4

Depósito Legal n.º 183 119/02

Tiragem: 600 exemplares

EXECUÇÃO GRÁFICA:

António Coelho Dias, S. A.

## CONTINENTALIDADE E MARITIMIDADE

### A POLÍTICA EXTERNA DOS IMPÉRIOS E A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA

Tomemos um hipotético poder terrestre,  
com forças marítimas inferiores.  
Não o deixemos ter defesas eficazes  
e suponhamos que é incapaz de manter as suas linhas de comunicação naval  
ou de impedir o inimigo de o atacar pelo mar.  
A sua situação seria incontestavelmente séria,  
Mas o quão séria depende da situação geográfica.

**Almirante Raoul Castex,**

(Seleção de ensaios editada por United States Naval Institute, Annapolis, 1994, p.390)

O rei Wu perguntou a T'ai Kung:  
"Como podemos preservar o território do Estado?"  
T'ai Kung: Não repudies os teus parentes,  
não negligencies as massas.  
Sê conciliador e solícito com os Estados vizinhos  
e controla tudo o que depende da tua autoridade.  
(*Os Seis Ensinaamentos secretos de T'ai Kung, Sílabo, p.43*)

Uma grande parte da história mundial  
é a história de impérios.

**Stephen Howe**

(*Empire, Oxford University Press, 2002, p.1*)

Tucídides não concebe o império,  
"archê", a não ser marítimo.

**Pierre Vidal-Naquet**

(Prefácio a Thucydide, *La Guerre du Péloponnèse, p.7*)

## 1. INTRODUÇÃO

As políticas externas das grandes potências e das potências regionais costumam obedecer a um conjunto de princípios que uma cadeia de geopolíticos já enunciaram repetidamente, e que os novos discípulos continuam a apresentar. Se decerto ninguém está à espera do cumprimento da profecia

anárquica de Robert Kaplan (*The Coming Anarchy, 2000*), do mundo prometido por Samuel Huntington (*O Choque das Civilizações*), melhor fora caminharmos por veredas mais pedestres e académicas como as propostas por Samuel Cohen (*Geopolitics of the World System, 2003*). Sem considerar o grande poder transatlântico nos termos de Emmanuel Todd (*Após o Império*), mas também sem aceitar os encómios e esperanças nele depositados de um outro francês, Jean-François Revel (*A Obsessão Americana*), é de todo urgente que nos coloquemos numa posição de observadores sem interesses firmados nesta ou naquela linha, neste ou naquele mundo futurado.

Porém há que ter atenção ao facto que há séculos, desde os primórdios da experiência da Inglaterra, o problema do poder hegemónico no mundo passou a ser discutido entre aqueles que defendiam posições continentais sólidas com defesas sofisticadas e os núcleos de pensamento marítimo que se insurgiam contra essa ideia, clamando que a continentalidade não chega para garantir a segurança interna e muito menos a hegemonia mundial, porque, afinal, é disso que se trata. As opções não são ingénuas. Quer uma posição quer outra exigem investimentos e um financiamento infundável para as tornar operativas no mundo. Convém notar que os melhores teóricos da guerra são teóricos da guerra em terra. Os grandes clássicos chineses, que os estudiosos exploram como T'ai Kung e Sun Tzu, são continentais no pensamento tal como Napoleão ou Carl von Clausewitz, mas já o grego Tucídides, na antiguidade, teve a lucidez de anunciar as facilidades abertas pela janela do mar para manobras de poder militar, no quadro da luta entra Atenas e Esparta.

Assim, a primeira questão a examinar é a da continentalização, primeira fase de construção de poderio interno.

## **2. A QUESTÃO DA CONTINENTALIZAÇÃO**

Tem-se verificado, historicamente, que o primeiro movimento do grande espaço político num continente é para a sua própria continentalização. As condições geopolíticas favoráveis condicionam a expansão do Estado mais poderoso até aos seus limites possíveis. Através de pressões económicas, políticas e culturais, de disputas fronteiriças, de guerras, vai assumindo progressivamente uma teoria de fronteira flexível. A centralização do poder político ajuda a esta tarefa, porque a constituição de forças armadas estatais ajuda a estabilização da fronteira e a eliminação de possíveis virtualidades secessionistas de regiões inteiras naquele vasto espaço.

A continentalização possível passa, então, pela constituição de grandes redes de comunicação fluviais e terrestres e estas foram pelos rios e pelas estradas até ao advento do caminho de ferro. Quanto às estradas, o Império Romano já tinha percebido o problema, mas as estradas não são suficientes para a unificação do mercado sem veículos apropriados que ganhando rapidez geram eficácia. Os rios foram ligados por canais, as suas margens cuidadas e a administração pôde, em certos casos, lançar taxas de passagem e regular não só o tráfego, mas também a distribuição de água aos agricultores. Nas estradas, as portagens asseguraram iguais réditos para a expansão de uma administração burocrática, que sempre contou com outras fontes de financiamento a partir do governo. Por outro lado, a eliminação de barreiras tais como os direitos locais, os direitos das cidades à cobrança de portagens, facilitou a integração. Nas cidades mais interiores e portanto mais defendidas, o derrube das muralhas colocou-as à mercê do poder central. As cidades conquistadas, sem muralhas, tinham pouca possibilidade de vir a representar um foco de rebelião. Depois do uso intensivo do canhão, as muralhas deixaram de ter relevância e é importante notar que quem demonstrou esta tese foi o comandante Oliver Cromwell na guerra civil inglesa, em 1640.

Estes elementos facultaram a unificação do mercado continental e a economia foi um suporte não desprezável para o desenvolvimento de poder militar, naturalmente expansionista. A Rússia czarista lança o transiberiano como instrumento de continentalização, ao mesmo tempo que promove ofensivas a sul em direcção à China. A sua derrota na guerra da Crimeia (1854-1856) deve ser interpretada como um sinal de fraca integração do mercado, por falta de transportes adequados. A guerra teve que ser alimentada por filas de camponeses que se deslocavam a pé ou em carroças para a frente de batalha,

transportando material de primeira necessidade. Por seu lado, os Estados Unidos conquistam o médio Oeste e, em breve, passam as montanhas Rochosas, para atingir o Pacífico. O lançamento de uma rede de transportes fluviais, depois completada com as vias férreas transamericanas Este-Oeste e Norte-Sul, assegurou a prazo a consolidação da continentalização do núcleo colonial costeiro nos mesmos eixos geográficos das linhas de comunicação férrea e das bacias hidrográficas. As compras de território à França de Napoleão, à Rússia e à Espanha devem ser entendidas como passos deste processo de expansão. A unificação do mercado estava atingida antes da guerra com o México (1846-1848), em que conquistaram o actual sudoeste, o que acentuou a continentalização e a auto-suficiência daquilo a que se chamou a Federação, mas que sempre contou com um único centro político decisivo. Quando esta unidade foi ameaçada pelo sul (1861) com a pretensão de uma secessão perfeitamente legal, pôde-se confirmar esta intuição. A guerra civil (1861-1865) teve efectivamente como objectivo conservar os Estados secessionistas no seio do grande espaço, não cedendo, por consequência, nem poder político, nem controlo, sobre a multiplicidade dos Estados integrantes.

O que se passou com o Império alemão antes da I Guerra Mundial é a mesma coisa. O espaço germânico, colocado estrategicamente na Europa do Meio, buscou a sua organização continental a partir do Reino da Prússia com o chanceler Bismarck, segundo as mesmas regras. Industrializa, cria um bom exército e prepara-se militar e diplomaticamente para alcançar os seus objectivos: uma grande Alemanha. Provoca e derrota os vizinhos (Dinamarca, Áustria, França), e em 1870 tem definido um sistema político à volta de Berlim, enquanto desenvolve rapidamente os instrumentos de continentalização.

A China não deixa de ser outro exemplo de continentalização. Toda a sua história aponta para uma oscilação entre a fragmentação em áreas geopoliticamente definidas e uma tendência notória para a centralização sob uma autoridade soberana. As experiências de periferização contam-se mesmo antes de Cristo. Os Chou dividiram o território entre si: o Chou Oriental (1045-771), o Chou Ocidental (771-221), Primavera e Outono (771-475) e por fim a anarquia dos Reinos Combatentes (475-221), a que seguem as experiências das Seis Dinastias (222-589) e das Cinco Dinastias (907-959). As dinastias unitárias e unificadoras interrompem ciclos ou dão continuidade a uma tendência como se pode verificar pela dinastia Han (202ac-220), Sui (589-618), T'ang (618-907), Sung (960-1279), Yuan, mongol (1279-1368), Ming (1368-1644), e por fim a Qing, manchu, (1644-1911) que desenvolveram inevitavelmente uma administração central para todo o território entregando-se a obras públicas de

grande importância, no sentido de preservar o espaço de invasores, de que houvera impacto suficiente, quer em termos de espaço, quer em termos de perda de população.

A única experiência de maritimização foi levada a cabo por uma enorme frota militar e comercial, que chegou a definir um espaço próprio e uma hegemonia no mar. Com efeito, o almirante Zheng He (1371-1433) conseguiu expandir o poder militar e comercial dos Ming até à costa oriental de África, mantendo as rotas tradicionais. O Imperador Ming Yongle (1402-1424) viu nas expedições deste muçulmano, convertido ao seu serviço, um meio de evidenciar o poder chinês no mar e de expandir o comércio marítimo. Mas as expedições começaram a ser vistas na Corte como extravagantes e a morte do almirante em 1433 dita o fim desta via. Porém também coincide com a opção da elite de continentalizar: a capital deixou de ser Nanjin e passou para Pequim, em 1421: foi uma translação do coração comercial da China para a fronteira mongol, donde vieram todas as últimas invasões, mas também o assentar de uma economia predominantemente doméstica e de auto-suficiência. Se os séculos mostram esta oscilação, na nossa época com o triunfo do partido comunista, liderado por Mao, acentuaram-se todos os instrumentos de continentalização de forma clara. Desde então a China nunca mais mostrou vontade em ser um poder marítimo. Nos nossos dias o partido comunista aplicou-se a colocar em pé uma administração integrada, desenvolver a rede de comunicações, a fomentar a expansão industrial, numa palavra, em criar o mercado unificado através da planificação, tal como havia feito Estaline na URSS. Para lá disso, sob uma ideologia continentalista, própria, chinesa. As recentes integrações de territórios como o Tibete, Hong-Kong e Macau, não servem senão para ilustrar este ponto. A China pretende a sua continentalização rápida e assente nestas bases geográficas e não precisa de aliados dados os efectivos da sua população e o seu avanço tecnológico.

Estas experiências parecem apontar para o facto de que na continentalização há, efectivamente, para o Estado, uma maior segurança e a possibilidade de desenhar uma grande política. Só mais tarde se aperceberá que o sucesso na continentalização não oferece tanto quanto se ambicionava no palco mundial. Oferecendo muito conforto face aos vizinhos que temem esse poder hegemónico regional, também incita os mesmos vizinhos a buscar alianças defensivas e ofensivas. E na escolha de parceiros encontram frequentemente as potências que conseguiram ter êxito numa maritimização e que estão interessadas em conter ou travar a potência continentalizada.

Actualmente, os instrumentos da continentalização são os mesmos,

embora agora se tenham transformado em redes de auto-estradas, em redes de aeroportos, em redes industriais viradas para a valorização dos recursos do grande espaço.

Exemplos recentes deste movimento para a tomada de consciência dos grandes espaços, é que o primeiro movimento é o esforço político, económico e militar de continentalização e ele pode ver-se agora em acção na Índia, no Brasil e na Austrália; e até mesmo na Europa, em busca da Federação, sob liderança de um eixo impensável: Berlim-Paris, que no recente tempo passado disputaram esse privilégio geopolítico.

### **3. MAS A CONTINENTALIZAÇÃO BASTA?**

A resposta, como em muitos outros assuntos, foi há muito dada pela Inglaterra. Face ao desafio mundial, para chegar a jogar no xadrez mundial, como diz Brzezinski, como poder hegemónico, torna-se necessário um certo grau de maritimização, mais ainda, uma forte maritimização. Esta matéria foi debatida pelo almirante americano T. Mahan, que estudou o caso inglês e o aplicou na prática aos Estados Unidos, fazendo recomendações aos seus Presidentes, segundo uma linha de influência prolongada. E estes, em regra, escutaram-nos atentamente. A Inglaterra já com mercado unificado, colocou a Ilha sob um único domínio (uma continentalização estrita) com as guerras de Oliver Cromwell. Ao derrotar a grande potência marítima da altura, a Holanda, a Inglaterra pôde desenvolver o seu potencial marítimo e tornar-se o maior poder mundial até aos finais do século XIX e princípios do século XX. De uma limitada ilha coroada passou a potência colonial de referência para onde correu leite e mel.

O almirante Mahan percebeu o problema. Para concorrer no tabuleiro de xadrez, os Estados Unidos, já continentalizados, necessitavam de adquirir poder naval. Tornava-se urgente controlar o Caribe (o seu Mediterrâneo) e dar operacionalidade a esquadras de modo que pudessem funcionar rápida e simultaneamente no Atlântico e no Pacífico. Daí a criação do Panamá como entidade política independente para efectivar a construção de um canal transoceânico, colocando-o sob controlo americano. A guerra contra a Espanha ofereceu várias possessões aos Estados Unidos entre as quais as Filipinas, onde se começou a desenvolver uma política de colonização americana. Esta conquista pesou sobre o desenvolvimento da maritimidade da potência e a elite governante

optou claramente por desenvolvê-la ainda mais através de alianças calculadas, uma rede de ilhas e portos e a constante construção de navios de guerra cada vez mais sofisticados e navios comerciais. Esta visão geopolítica da classe governante americana assegurou-lhe a hegemonia mundial durante a Guerra Fria e continua a dar-lhe vantagens incalculáveis.

Mahan tinha percebido que a dimensão marítima necessitava de bons portos com saídas fáceis para mar aberto, uma linha de costa dimensionada ao grande espaço, riqueza para financiar as esquadras e a construção naval, população qualificada em tarefas marítimas, quer do ponto de vista militar, quer do ponto de vista comercial e, sobretudo, uma elite política decisivamente envolvida nesta aposta talassocrática.

E quem enfrentou os Estados Unidos durante o período da diarquia que se seguiu à II Guerra Mundial? Uma potência eficazmente continentalizada pelo partido comunista da URSS, que chegou ao ponto de criar uma rede de países vassallos, mas que apesar de tudo não conseguiu maritimizar-se. Geopoliticamente encaixada, sem bons portos para abrigar frotas, com todas as saídas da sua armada vigiadas pela potência marítima e seus aliados, não encontrou resposta no mar para o desafio, porque ainda não era no espaço sideral que as disputas se iriam resolver.

Já o antigo Império Otomano, ao tentar ganhar uma dimensão marítima no mar Mediterrâneo, fracassou e a batalha de Lepanto (1571) foi um sinal que mostrou os limites à Sublime Porta, sendo Alcacer Kibir (1578) o sinal na terra.

Ora o Império russo também tinha tentado, mas as suas frotas foram destruídas pelos japoneses na guerra russo-japonesa (1904-1905) e isso forçou S. Petersburgo a arrear caminho: o mar não era uma vocação. A Alemanha Imperial de Guilherme II sofreu a mesma sorte quando pretendeu desenvolver poder marítimo: a Inglaterra estava interessada em que não o tivesse. O bloqueio continental, arma mortífera pensada por Napoleão, fracassou totalmente face ao mesmo poder inglês pelas mesmas razões. A França não controlava totalmente a costa russa e as armadas inglesas conseguiram retirar a Rússia da Aliança Continental.

Como se verifica, no plano dos factos, as grandes áreas geopolíticas só se maritimizam se tiverem condições geográficas especialmente dotadas para tal e se, por sua vez, a sua elite política apostar nessa direcção. Manifestamente a Rússia não tem condições e as duas experiências mostram os limites geográficos que enfrenta, ainda que se verifique que a sua elite política apostou fortemente nessa opção. A Índia, o Brasil, a China, a Austrália, são casos diferentes. A Índia dispõe de importantes portos que se abrem sobre o Índico, ainda



que se defronte presentemente com os tardios problemas da sua continentalização de que os poderes europeus foram vítimas, entre os quais nós nos contamos. O Brasil, já continentalizado, apesar de parecer querer aumentar o seu espaço de influência na América do Sul através de relações especiais com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, começou a dar sinais da sua eventual maritimização. É sinal disso a insistência na constituição de um espaço de defesa no Atlântico Sul de parceria com países africanos do sul como a África do Sul, a Namíbia e Angola e as predominantes relações comerciais e políticas com a Índia, a China e a Federação Russa.

#### **4. OS SINAIS CHINESES**

E a China? Assegurada a continentalização, fortificadas as estruturas económicas, só resta à China o inevitável caminho do mar para se tornar uma potência marítima. Dotada de um amplo coeficiente de interioridade, de Xangai na costa a Karamay na província de Xinjiang, no interior profundo, o que lhe oferece grande poder de absorção de qualquer investida, propiciando condições geopolíticas de efectiva resistência, não é menos certo que as suas costas são extensas e os portos de mar dos melhores da região. Desde a península da Coreia até ao golfo de Tonkin, os três mares (Mar Amarelo, Mar da China Oriental, Mar da China Meridional) ao mesmo tempo que disponibilizam uma projecção marítima, apresentam uma especial característica que favorece qualquer inimigo poderoso: um rosário de ilhas que os fecha. Os dois primeiros mares, pelo Japão, que se apresenta como um poder efectivo que se revela como um ferrolho marítimo desde o arco que se desenha nas Kurilhas até ao fecho em Taiwan através do arquipélago das Ryukyu, e o terceiro mar por Taiwan, pela costa do Vietname, as Filipinas, a ilha de Bornéu e finalmente o fecho pela Malásia e pelo rosário de ilhas da Indonésia. Mesmo o golfo de Sião tem estados ribeirinhos a mais e a saída pelo Sul é a mesma. O Sul, assim, não fica fácil com as dificuldades malaias representadas pelo estreito de Malaca. Compreende-se perfeitamente o interesse de Pequim na integração da Formosa porque tal facto representa um passo para a maritimização da China e a fuga à vigilância. A posição da ilha dá uma saída fácil para o Pacífico. Compreendem-se ainda muito bem as reivindicações de mar territorial, tendo em conta as reservas de petróleo e gás, simplesmente essas reivindicações de águas salgadas é conflituosa com idênticas reivindicações de países como o Vietname, as Filipinas, a Malásia, o Brunei, a Indonésia e Taiwan.

Ora, o bom acolhimento das propostas brasileiras e as relações que procura serem pacíficas com a potência hegemónica, bem como com os Estados marítimos fracos da região, são acções que indiciam também que o sentido do mar não está totalmente posto fora de questão. Por outro lado, a insistência da sua diplomacia em as alianças dos Estados Unidos na região deverem ser anuladas e que as forças exteriores à região se deveriam afastar, põe em cheque a posição chave dos Estados Unidos da América na Ásia. Provavelmente tal política externa servirá para libertar o mar de forças navais americanas, o que daria uma nova possibilidade à política de Pequim num Oceano Pacífico menos povoado de esquadras e de bases.

Mas, se examinarmos a linha das exportações de bens e serviços entre 1974 e 2001, deparamos com surpresas que confirmam este ponto de vista: a China internacionaliza-se velozmente absorvendo tecnologia e vendendo produtos manufacturados.

### Quadro 1

#### Comércio Externo (em biliões de dólares)

Anos	1974	1986	2000	2001
<b>Exportação de bens</b>	21,13	25,76	194,72	249,13
<b>Importação de bens</b>	16,88	34,90	158,73	214,66
<b>Exportação de serviços</b>	2,51	3,83	26,25	30,43
<b>Importação de serviços</b>	2,02	2,28	31,59	36,03

Fonte: L'état du monde 2003, La Découverte

Face a estes dados vê-se que a economia chinesa se tem vindo a virar progressivamente para o exterior, colocando os seus bens nos mercados externos a um ritmo acelerado. A importação de bens acompanhou sensivelmente este progresso, de modo que se pode dizer que a China se encaminha decididamente para a internacionalização. A criação das zonas económicas especiais sob estrito controlo do governo central, uma experiência calculada e vigiada pelos poderes de Pequim, demonstra também que os dirigentes da República Popular querem saber qual o método mais apropriado para fazer da China uma potência industrial.

Mas mais interesse ainda tem verificar que tipo de bens predominam nestas trocas comerciais para melhor entender as vigências sectoriais, que explicam o que se procura:

## Quadro 2

### Troca de Bens (em % das Importações e Exportações totais)

Anos	1974	1986	2000	2001
<b>Importação: manufacturados em %</b>	61,3	79,8	77,2	80,7
<b>Exportação: manufacturados em %</b>	47,5	71,4	85,3	87,3
<b>Exportação: energia em %</b>	16,3	8,4	3,8	2,8

Fonte: L'état du Monde 2003, La Découverte

Consequentemente, o que se verifica é que nas trocas, desde 1974, predominam os produtos manufacturados. A China tenta equipar-se para produzir produtos acabados para a exportação e os números do Quadro 1 são prova disso: passa também a exportar produtos acabados. O percentual decrescente das exportações de produtos energéticos é constante e só decresce no total de exportações porque cresce a exportação de produtos manufacturados. Neste grupo de produtos tem relevância mencionar brinquedos (60% da produção mundial), móveis, têxteis, relojoaria, televisores, material eléctrico. Na produção interna para consumo avultam bens do seguinte tipo: fotocopiadoras, bicicletas, computadores, sapatos, arroz e maçãs. Os danos no ambiente já começam a ser notados, como nos informa *Le Nouvel Observateur* de Novembro de 2003.

Não se espera que esta linha seja interrompida, de forma que a continentalização reforça-se e obviamente vai exigir a maritimização, a não ser que China se limite, por opção, a desempenhar um papel regional.

## 5. COMO ANALISAR AS OPÇÕES?

Zbigniew Brzezinski, um notável especialista nas questões geopolíticas, um experimentado ministro da política externa americana, sumariou num decálogo as capacidades da China. Podemos revisitá-lo:

- 1) Não é nem um adversário internacional, nem um parceiro estratégico dos Estados Unidos, ainda que hostil à hegemonia americana;
- 2) A China não se tornará num poder global, embora seja um poder regional capaz de definir os seus interesses nacionais;
- 3) Não é uma ameaça directa à segurança dos Estados Unidos;
- 4) Não representa um desafio ideológico global aos Estados Unidos;

- 5) Não é regionalmente desestabilizadora e tem um comportamento internacional relativamente responsável;
- 6) Politicamente nem é totalitarista, nem democrática, mas uma ditadura oligárquica-burocrática;
- 7) Não cumpre os direitos humanos nomeadamente em Xinjiang e no Tibete;
- 8) Evolui economicamente na direcção desejada;
- 9) Não pode evitar sérios problemas políticos nacionais porque o comunismo comercial é uma contradição;
- 10) Não tem uma visão clara da sua evolução política ou do seu papel internacional.

Torna-se evidente nesta abordagem que Zbigniew só vê a China numa perspectiva americana estrita e entende que “viver com a China” passa por entender que ela se limitará a ser uma potência regional sem alcance global e que a estrutura interna da ditadura oligárquico-burocrática trará problemas no futuro de tal ordem que o melhor é que as contradições aí geradas não tenham expansão para o exterior e sejam resolvidas no interior do continente. Portanto, viver com a China, é esperar a oscilação que não tarda. Entretanto, será bom ter relações amigáveis e manter uma prioridade nas relações com Pequim.

Todavia, anos atrás Kissinger escrevia: “há uma carta maluca que entrou em cena, uma carta que pode forçar a mão de Pequim e de Washington: o futuro de Taiwan”. Efectivamente, se a ilha foi para os japoneses, que a anexaram em 1885, um ponto de partida para a invasão do continente, porque não há-de ser o ponto de partida para uma eficaz política de poder marítimo?

Seja como for, a caminhada para fora do círculo do poder regional, ainda que feita e reforçada a continentalização, passa pelo progressivo acesso ao mar, do domínio regional à construção de esquadras auto-suficientes. E a China já sabe disso. Como o Brasil, a Índia e, um dia, a Europa reconhecerá. Daí, quiçá, que a expressão fora do quadro de David Shambaugh, já em 2001: “os americanos começam a duvidar da decisão de colaborar militarmente com a China” tenha algum significado. Todavia, agora, como é que qualquer Administração vai fazer marcha atrás face a um mercado apetitoso e disputado, que se robustece ano após ano? Além disso, ainda desfrutando do controlo do mar, com que é que a República Imperial, no dizer de Raymond Aron, vai ter de se preocupar nos próximos anos? Com a China? É provável que a sua elite, uma vez acertada a hegemonia regional e continental, se vá preocupar com a sua projecção ultramarina.

E isso, quer se queira, quer não se queira, tem a ver com o mar, com as rotas, e com a distribuição de frotas, esquadras e a preparação de homens e

armas. É só saber se esta nova China de Pequim, quer ou não, no médio prazo, fugir ao lugar a que foi fixada pelo poder hegemónico, de poder regional respeitado, ou voltar ao caminho inicial dos Ming. O Pacífico, entretanto, é a grande realidade. como já tinha visto Haushofer. Aliás, como costuma sublinhar o geopolítico francês Jacques Soppelsa, referindo-se a este Oceano, com grande propriedade e sentido das dimensões envolvidas, "la présence écrasante du Pacifique". E o facto é que historicamente ignorado pelos protagonistas regionais, o "mar asiático", nas palavras de Herbert Gregory (1929), tornou-se um mar aberto. Tudo indica que os asiáticos estão a despertar para esta janela azul e a China não vai ficar na retaguarda.

Será que ainda se pode dizer com Gerald Segal (1999) "Até a China diminuir de dimensão aos olhos da imaginação do Ocidente, e ser tratada mais como o Brasil ou a Índia, o Ocidente tem poucas probabilidades em sustentar uma política coerente a longo prazo relativamente a ela. Até suspendermos a nossa descrença e reconhecermos o poder teatral da China, continuaremos a contermo-nos na prossecução dos nossos interesses e a falhar em constringer os excessos da China".

Mas não é de imagens de poder que a conjuntura vive. É que é preciso saber o que se esconde por detrás do "poder teatral", o que, efectivamente, está para lá disso. Dá a impressão que a China quer ir um pouco mais além. Iremos ver.



## Bibliografia

- Bonaparte, Napoleão - **Como Fazer a Guerra**, Edições Sílabo, Lisboa, 2003.
- Brzezinski, Zbigniew - **The Geoeconomic Triad**, Center for Strategic and International Studies, Washington, 2001.
- Brzezinski, Zbigniew - **The Grand Chessboard**, Basic Books, Nova Iorque, 1997.
- Duby, Georges - **Atlas Historique Mondiale**, Larousse, Paris, 2000.
- Duroselle, Jean-Baptiste - **Todo o Império Percecerá**, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
- Cervo, Amado Luiz (Org.) - **O Desafio Internacional**, Universidade de Brasília, Brasília, 1994.
- Cohen, Saul B. - **Geopolitics of the World System**, Rowman e Littlefield, Lanham, 2003.
- Eisenstadt, S. N. - **A Dinâmica das Civilizações**, Cosmos, Lisboa, 1991.
- Gilboy, George e Eric Heginbotham - "China Coming Transformation", in Foreign Affairs, vol. 80, nº4, 2001 (Julho Agosto).
- Gray, S. e Geoffrey Sloan (Ed.) - **Geopolitics, Geography and Strategy**, Frank Cass, Londres, 1999.
- Hale, David e Lyric Hughes Hale - "China Takes Off" in Foreign Affairs, vol. 82, nº6, 2003 (Novembro-Dezembro).
- Harry, Eric L. - **Invasion**, Coronet Books, Londres, 2000.
- Huntington, Samuel P. - "The Clash of Civilizations", Foreign Affairs, Vol. 72, nº3, 1993 ( Verão).
- Huntington, Samuel P. - **O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial**, Gradiva, Lisboa, 1999.
- James, Lawrence - **The Rise and Fall of the British Empire**, Little Brown, Londres, 1994.
- Kaplan, Robert - D. **The Coming Anarchy**, Vintage, Nova Iorque, 2000.
- Karlekar, Hiranmay - **Independent India, The First Fifty Years**, Indian Council for Cultural Relations, Oxford University Press, Delhi, 1998.
- Kissinger, Henry - **Does America need a Foreign Policy?** Simon and Schuster, Nova Iorque, 2001.
- Kung, T'ai - **Os Seis Ensinos Secretos**, Edições Sílabo, Lisboa, 2003.
- Lieven, Dominic - Empire. **The Russian Empire and its Rivals**, John Murray, Londres, 2000.
- Mackinder, Halford - "The Geographical Pivot of History", in Geographical Journal 23-24, 1904.
- Mackinder, Halford - "The Round World and the Winning of the Peace", in Foreign Affairs, 21/4 (Julho de 1943).

Mackinder, Halford - **Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction**, Penguin Books, Suffolk, 1944.

Mahan, Alfred Thayer - **The Influence of Sea Power upon History 1660-1783**, Little Brown, Boston, 1890.

Medeiros, Evan S. e M. Taylor Fravel - "China's New Diplomacy", in *Foreign Affairs*, vol. 82, nº6, 2003 (Novembro-Dezembro).

Owe, Stephen - **Empire**, Oxford University Press, Oxford, 2002.

Padfield, Peter - **Maritime Supremacy**, John Murray, Londres, 1999.

Peddie, John - **The Roman War Machine**, Sutton Publishing, Phoenix Mill, 1996.

Revel, Jean-François – **Obsessão Antiamericana**, Bertrand Editora, Lisboa, 2002.

Richard Hall - **Empire of The Monsoon. A History of Indian Ocean and its Invaders**, HarperCollins, Londres, 1996.

Segal, Gerald, "Does China Matter?", in *Foreign Affairs*, vol. 78, nº5, 1999 (Setembro-Outubro)

Shambaugh, David - "Facing Reality in China Policy", in *Foreign Affairs*, vol. 80, nº1 (Janeiro-Fevereiro) de 2001.

Sloan, Geoffrey - "Sir Halford Mackinder: The Heartland Theory and Now", in Colin S. Gray e Geoffrey Sloan, **Geopolitics**, Frank Cass, Londres, 1999.

Soppelsa, Jacques - **Géopolitique de l'Asie-Pacifique**, Ellipses, Paris, 2001.

Sumida, Jon - "Alfred Thayer Mahan, Geopolitician", in Colin S. Gray e Geoffrey Sloan (Ed.), **Geopolitics**, Frank Cass, Londres, 1999.

Teng-Hui, Lee – "Understanding Taiwan" in *Foreign Affairs*, vol.78, nº6, 1999 (Novembro-Dezembro).

Todd, Emmanuel, **Após o Império**, Edições 70, Lisboa, 2002.

Trenin, Dmitri - **The end of Eurasia**, Carnegie Endowment, Washington, 2002.

Thucydide, **La Guerre du Péloponnèse**, Folio, Gallimard, Paris, 2000.

Wheeler, James Scott - **The Making of a World Power**, Sutton, Phoenix Mill, 1999.

Wheeler, Mortimer - **L'Inde avant l'Histoire**, Sequoia-Elsevier, Bruxelas, 1967.

**Revista:** Le Nouvel Observateur, "Chine, La Conquête du Monde", 13 Aug. 19 Nov., 2003, pp. 34 e sgs.

## CADERNOS NAVAIS

### Volumes Publicados

1. *A Marinha e a Revolução nos Assuntos Militares*,  
V.Alm. António Emílio Sacchetti.
2. *Papel das Marinhas no Âmbito da Política Externa dos Estados*,  
C.Alm. Victor Manuel Lopo Cajarabille
3. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*,  
V.Alm. António Emílio Sacchetti e C.Alm. Victor Manuel Lopo Cajarabille
4. *O Contexto do Direito do Mar e a Prática da Autoridade Marítima*,  
Dr. Luís da Costa Diogo
5. *Considerações sobre o Sistema de Forças Nacional*,  
V.Alm. Alexandre Reis Rodrigues
6. *Portugal e a sua Circunstância*,  
Prof. Doutor Adriano Moreira, V.Alm. António Emílio Sacchetti,  
Dr. João Soares Salgueiro, Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria do Céu Pinto,  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Regina Flor e Almeida
7. *O Poder Naval Missões e Meios*,  
C.m.g. Carlos Néelson Lopes da Costa
8. *Sobre Vínculo do Militar ao Estado-Nação.*  
*Breve Abordagem Filosófico-Estatutária*,  
Ten. Carla Pica
9. *Portugal e os EUA nas Duas Guerras Mundiais: a Procura do Plano Bi-Lateral*,  
Dr. José Medeiros Ferreira
10. *A Estratégia Naval Portuguesa*,  
V.Alm. António Emílio Sacchetti, Prof. Doutor António José Telo,  
V.Alm. Magalhães Queiroz, Alm. Vieira Matias, C.Alm. Lopo Cajarabille,  
C.m.g. Marques Antunes, Dr. Nuno Rogeiro, V.Alm. Ferreira Barbosa,  
Dr. Tiago Pitta e Cunha, V.Alm. Reis Rodrigues, C.Alm. Melo Gomes,  
V.Alm. Alexandre Silva Fonseca, V.Alm. Pires Neves, V.Alm. Rebelo Duarte
11. *O Direito Humanitário, as Regras de Empenhamento e a Condução das Operações Militares*,  
C.m.g. José Manuel Silva Carreira
12. *As Forças Armadas e o Terrorismo*,  
C.Alm. José Augusto de Brito

13. *O Mar, um Oceano de Oportunidades para Portugal*,  
Alm. Vieira Matias
14. *Opções Estratégicas de Portugal no Novo Contexto Mundial*,  
Prof. Doutor Hernâni Lopes, Prof. Doutor Manuel Lopes Porto, Dr. João Salgueiro,  
Prof. Doutor José Carlos Venâncio, Dr. Salgado Matos, Dr. Félix Ribeiro,  
Prof. Doutor Fernando Santos Neves, Dr. Joaquim Aguiar,  
Prof. Doutor Adriano Moreira
15. *A Security em âmbito marítimo. O Código ISPS*  
Dr. Luís Manuel Gomes da Costa Diogo, C.Ten. José António Velho Gouveia
16. *O Mediterrâneo, Geopolítica e Segurança Europeia*,  
V.Alm. António Emílio Sacchetti
17. *As Grandes Linhas Geopolíticas e Geoestratégicas da Guerra e da Paz*,  
C.Ten. José António Zeferino Henriques
18. *A Nato e a Política Europeia de Segurança e Defesa em Colisão ou em Convergência*  
V.Alm. Alexandre Reis Rodrigues
19. *Segurança e Cidadania. Conceitos e Políticas*  
Dr. António Jorge de Figueiredo Lopes